

Cenários pós Covid-19 da política comercial brasileira

José Tavares de Araujo Jr.

25 de maio de 2020

Na iminência de um processo de impeachment em virtude de sua conduta temerária durante a atual pandemia, o presidente Bolsonaro optou pelo estelionato eleitoral, perseguindo duas táticas simultâneas. Por um lado, tenta formar uma aliança que inclui ex-presidiários como Roberto Jefferson e Valdemar Costa Neto, e operadores experientes como Carlos Marun, Ciro Nogueira e Marcos Pereira. Por outro lado, aproxima-se dos mais ativos defensores de teses protecionistas nos meios empresariais, como revelou a inusitada comitiva presidencial que invadiu o STF há duas semanas atrás.

Se essa estratégia for suficiente para evitar a queda do governo, um de seus efeitos será o abandono do programa de abertura comercial defendido por Paulo Guedes em 2018, mas que sequer foi iniciado no atual governo. Com relação ao setor portuário, por exemplo, que seria um dos pilares daquele programa, participam da aliança acima referida os principais responsáveis pela situação paradoxal vigente nos portos brasileiros nos últimos 30 anos. Não obstante o intenso processo de modernização tecnológica iniciado em 1993 com a edição da Lei nº 8.630, nossos serviços portuários continuaram sendo os piores do mundo, na avaliação de seus usuários, conforme registram os relatórios anuais do *Global Competitiveness Report*.

A incidência de práticas extorsivas por gestores de portos foi um problema generalizado na economia mundial desde o século XIX, mas erradicado no passado recente em diversos países, como mostram os estudos disponíveis no site *Port Economics*. Não obstante os formatos distintos das reformas que eliminaram este problema, um traço comum entre elas foi o de adotar modelos de governança corporativa capazes de vetar o clientelismo político na administração portuária. Uma reforma deste tipo poderia ter sido implantada no Brasil, sem maiores resistências, no ano passado. Agora, tornou-se inviável.

Quanto ao setor industrial, não por acaso, os oradores mais loquazes na reunião com o presidente do STF no último dia sete foram dois sindicalistas cujos currículos profissionais se resumem à eterna formulação de demandas por tarifas aduaneiras, medidas antidumping, regras de conteúdo local, incentivos fiscais, e demais apetrechos da parafernália protecionista que vigora no Brasil há longa data. Para o ultraliberal Ministro da Economia, deve ter sido constrangedor ser fotografado naquele evento ao lado desses dois senhores que, provavelmente, continuarão influentes no Palácio do Planalto enquanto durar o governo Bolsonaro.

Assim, na ausência de impeachment, o cenário mais provável para nossa política comercial no médio prazo seria o retorno às práticas adotadas no governo Dilma Rousseff, agora sob o argumento de que o protecionismo estaria proliferando no resto do mundo. De fato,

mesmo as tímidas providências liberalizantes introduzidas no governo Temer, como o uso moderado de ações antidumping, por exemplo, dificilmente sobreviveriam, diante da notória voracidade dos novos aliados do presidente da república.

Os danos que a manutenção deste cenário causariam ao país já foram exaustivamente tratados pela teoria econômica, sob as mais variadas óticas, nos últimos 250 anos, desde Adam Smith. Seria ocioso, portanto, resenhar-los aqui. Cabe, porém, destacar dois pontos indicados em textos recentes de Sandra Polónia Rios e Marcos Mendes. Como notou Sandra, “[*políticas protecionistas*] favorecem grupos de interesse que capturam rendas extraordinárias em detrimento das camadas mais pobres da população, que de outra forma poderiam ter acesso a produtos de melhor qualidade e a menores preços.”¹ Marcos acrescenta que, “[*desigualdade gera baixa coesão social. Sociedades pouco coesas não têm aptidão para negociar em prol do bem coletivo. Não há confiança de que o outro cumprirá sua parte.*”²

Estas soturnas constatações reiteram uma profecia de Joaquim Nabuco, feita há 120 anos e lembrada por Bernardo Mello Franco em sua coluna no Globo no último dia 10, justamente ao comentar o lamentável comportamento dos dois supracitados lobistas na reunião com o presidente do STF: “[*A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil.*”

Contudo, é importante frisar que o pessimismo dos parágrafos anteriores está baseado na hipótese de que, para salvar seu mandato, Bolsonaro consiga formar – e manter coesa – uma base fisiológica heterogênea, talento que ele jamais foi capaz de demonstrar ao longo de sua carreira política. Logo, é razoável admitir que teremos um novo governo no próximo ano. Nesta hipótese, embora não seja possível prever o escopo da nova política comercial, uma coisa é certa: o presidente Mourão terá aliados mais idôneos.

¹ Sandra Polónia Rios (2020), “[*Impactos do Covid-19 na política comercial: o que não deve ser feito*”], **Notas Cindes 06**. Rio de Janeiro (www.cindesbrasil.org).

² Marcos Mendes, “[*Desigualdade e coesão social*”], **Folha de S. Paulo**, 09.05.20., p. A23.